

A ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS COMO OBJETO DE ESTUDO NO ENSINO DE HISTÓRIA: O DIREITO À VIDA, FAMÍLIA E A CIDADANIA A PARTIR DE JOSÉ VICENTE FERREIRA BARROS

THE ANALYSIS OF PEOPLE'S LIFE TRAJECTORY AS AN OBJECT OF STUDY IN HISTORY TEACHING: THE RIGHT TO LIFE, FAMILY AND CITIZENSHIP FROM JOSÉ VICENTE FERREIRA BARROS

Eliakin Ramos Moura da Silva¹
Mabelle de Sousa Almeida²

Resumo: O presente artigo, fruto de uma atividade da disciplina de História da Educação, do Programa de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Educação da UFPB, analisa a importância das biografias para o Ensino e estudo da História. Para tanto, nos amparamos nas ideias de Pinsky (2010), Xavier e Pereira (2017) ao tratar sobre as biografias no estudo da História, em Sader (2007) ao tratar a respeito dos Direitos Humanos, de vida e cidadania e de Cord (2012) a respeito das ideias de Trabalho e Educação no Brasil oitocentista. Paralelamente, o presente trabalho fundamenta-se na metodologia de pesquisa do estudo bibliográfico. Conclui-se que o uso das biografias pode trazer outro olhar sobre o processo de construção do conhecimento histórico, sobretudo de como as análises de trajetória de vida de pessoas de grupos marginalizados podem contribuir na (re)construção de um Ensino de História mais significativo em sala de aula.

Palavras-chave: Biografias; Ensino de História; Brasil Oitocentista;

Abstract: This article, the result of an activity in the History of Education discipline, of the Postgraduate Master's and Doctorate Program in Education at UFPB, analyzes the importance of biographies for the Teaching and study of History. To this end, we rely on the ideas of Pinsky (2010), Xavier and Pereira (2017) when dealing with biographies in the study of History, in Sader (2007) when dealing with Human Rights, life and citizenship and by Cord (2012) regarding the ideas of Work and Education in nineteenth-century Brazil. At the same time, this work is based on the research methodology of bibliographical study. It is concluded that the use of biographies can bring another look at the process of building historical knowledge, especially how analyzes of the life trajectories of people from marginalized groups can contribute to the (re)construction of a more meaningful History Teaching in classroom.

Keywords: Biographies; Teaching History; 19th century Brazil;

Introdução, biografia e territorialidade

¹ É graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), especialista em Informática para Educação pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). ORCID: <<https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0001-0562-511X>>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2639806261616000>>. E-mail: aramos.eliakin@gmail.com

² É graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), especialista em Direitos Humanos e Políticas Públicas pela Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), e também possui especialização em Sustentabilidade no Meio Ambiente na Educação Básica pela Universidade do Pernambuco (UPE). ORCID: <<https://orcid.org/0009-0006-4044-664X>> Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/3050956119107511>> E-mail: mabelliliss@gmail.com

Segundo Marc Bloch (2001), a História pode ser definida como a ciência que estuda as ações humanas ao longo do tempo, podendo estas ações apresentarem semelhanças ou diferenças, ou ainda delimitarem um novo evento histórico, assim como o fim de uma era. Seja como for, a História é fundamental para homens e mulheres em suas dinâmicas individuais ou coletivas.

Com efeito, devido ao seu valor e importância, a História se tornou objeto de estudo não apenas nos grandes círculos de saber científico, como as universidades, mas também, foi incorporada aos currículos de escolas, liceus, de movimentos sociais, organização civil organizada entre outros, sendo também discutida em espaços de ambientação individual e/ou coletivas informais.

Nesse sentido, surge o Ensino de História que, conforme aponta Circe Bittencourt (2013), na história do Brasil fora acessível, em um primeiro momento, apenas para os grupos sociais abastados e voltados para o enaltecimento da nação, da memória dos grandes feitos e heróis nacionais. Apenas bem posteriormente é que o Ensino de História fora se tornando acessível para as camadas menos abastadas da sociedade brasileira, com a criação e, posterior, gradativa ampliação do ensino público e gratuito para os cidadãos brasileiros.

Evidentemente, essa mudança de público também foi acompanhada de uma mudança da própria forma que se escrevia a História sendo, em alguns momentos, de caráter metódico e positivista, depois tecnicista, econômica, crítico-reprodutivista, depois social, cultural entre outros. Essas mudanças ocorridas apontam para o caráter polissêmico e multifacetado que o Ensino de História possui (PINSKY, 2010). Mais recentemente, com a Nova História Cultural³, um novo tipo de abordagem do Ensino de História tem, gradativamente, ganhado espaço no processo de produção do conhecimento histórico, que são as biografias ou a análise da trajetória de vida de pessoas como objeto de estudo para discussão e compreensão de fatos e eventos históricos.

Desta feita, o estudo da análise da trajetória da vida de pessoas, ou biografia, pode proporcionar melhores condições para absorção e compreensão do conhecimento histórico.

Dadas as possibilidades de relativização de alguns personagens e, ainda assim, dependendo do contexto e lugar social de origem, as biografias conferem uma possibilidade de elucidar muitas questões, tramas, tessituras e ações da atuação dos indivíduos em tela em um determinado momento histórico. De acordo com Xavier e Pereira (2017), o uso de biografias como objeto de estudo no Ensino de História permite:

³**Nota de rodapé explicativa:** a chamada Nova História Cultural (NHC) é definida como uma corrente historiográfica que se estrutura na construção/narrativa histórica a partir das manifestações de grupos sociais anônimos, sejam eles em caráter individual ou coletivo, de atores sociais antes marginalizados pelas grandes narrativas históricas, como fora a História Positivista. Os principais autores que versam sobre a Nova História Cultural são Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Bronislaw Baczko.

admitir uma grande utilidade no ensino/aprendizagem, principalmente porque permitem: Maior vivência dos fatos e, portanto, reconstituição mais fiel dos mesmos o que favorecerá a retenção do conhecimento; maior autoconhecimento pelo confronto de características das personalidades em foco, e, portanto, maior amadurecimento; - maior motivação para o ensino/aprendizagem da História, através de uma técnica reformulada, especialmente com vista a tornar o estudo mais significativo para o aluno (XAVIER; PEREIRA, 2017, p. 2).

Com efeito, também concordamos com François Dosse, quando ele diz que: “A biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias” (DOSSE, 2009, p.11). Diante disso, por que não considerar a análise de trajetória de vida de pessoas no ensino de história? Ao assim procedermos, estaremos nos alinhando ao que preconiza os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de História, demonstrando a relevância de uma prática educativa educacional de caráter inovador e que enseje a capacidade de reflexão sobre a pluralidade das produções historiográficas.

Isso posto, feitos os esclarecimentos teóricos de nossa pesquisa, iniciemos o nosso caminho e compreensão da trajetória de vida do personagem por nós analisado. As poucas informações disponíveis nos indicam que José Vicente Ferreira Barros⁴ era um homem de origem humilde, morador da Rua da Assunção, localizada no bairro de São José, bairro este ativo até os dias de hoje na cidade do Recife. Preto, livre e nascido em Pernambuco no final do Setecentos e falecido em 1846, ele trabalhou e cuidou do seu núcleo familiar exercendo o ofício de carpina, sendo este uma representação do ramo da carpintaria, ocupando-se, de maneira geral, dos trabalhos de madeira no campo da construção civil.

Diante das primeiras informações em tela a respeito de nosso personagem de estudo, a primeira inquietação que surge é a da condição do próprio ofício. Seria um requisito obrigatório a liberdade do indivíduo para ser mestre de obras? A condição de escravizado seria um empecilho para o ofício de carpina?

José Vicente Ferreira Barros é tipificado como “preto” no Recife Oitocentista e esse é um dado interessante em questão, isso porque, conforme aponta Cord (2012):

no Sudeste brasileiro, o termo ‘preto’ era considerado sinônimo de ‘escravo’. Nessa região, na primeira metade do Oitocentos, esta ainda era uma referência que designava basicamente os africanos. Ao cotejarmos esse caso com o Recife, esse mesmo epíteto contraria tal tendência, visto que o termo “preto” designavam homens livres e naturais de Pernambuco (CORD, 2012, p. 48).

⁴ **Nota de rodapé explicativa:** ao longo de todo o texto, optamos por nos reportar ao referido personagem em análise sempre pelo seu nome completo para evitar ‘quebras’ de raciocínio ao tratá-lo apenas pelo sobrenome ou apenas pelo primeiro nome.

Isso posto, ser livre e brasileiro era um posto fundamental na luta e/ou proteção (ou até mesmo conquista/acesso) do mercado de edificações, enquanto mestre de obras. Além disso, o fato do nosso personagem em análise ser livre também mostra, sob uma outra leitura, a acentuação do centro político-econômico do Brasil no Oitocentos, com um maior protagonismo do Centro-Sul do país, em detrimento do Norte agrário canavieiro. Para além da explosão demográfica provocada pelo ciclo do ouro no final do Setecentos e consolidação do Sudeste brasileiro como novo berço político do nascente império, essa mudança política acompanhou a chegada de um maior fluxo migratório de gente e, nesse sentido, de um maior número de cativos, razão pela qual o termo “preto” designa uma coisa em uma região e, na sua antípoda nortista, outro significado.

Sendo, portanto, livre e natural de Pernambuco, José Vicente Ferreira Barros, como homem do seu tempo, viu o fim das Corporações de Ofício através da Constituição de 1824, assinalada por D. Pedro I. Essas, as Corporações de Ofício, era uma organização composta de grupos de profissionais que se especializaram na produção de determinados produtos, como carpinteiros, ferreiros, alfaiates e construtores. Surgidas na Europa no final da Baixa Idade Média, as Corporações de Ofício tinham um papel significativo no Brasil Colônia e, também, Império, isso porque o trabalho era uma forma de distinção social e, paralelamente, uma possibilidade de ascender socialmente por meio do progresso da prática de suas profissões.

Das Corporações as Inovações: a leitura de um homem preto das mudanças do seu tempo

O fim das Corporações de Ofício em 1824, por parte do governo imperial, objetivava fazer com que este liderasse um processo de escolarização de instrução das artes mecânicas em detrimento do ensino artesanal⁵. Todavia, conforme aponta Cord:

O cercamento do tirocínio artesanal não foi acompanhado por uma contundente iniciativa oficial para substituir os tradicionais processos de aprendizagem das ditas ‘artes mecânicas’, ou seja, a necessidade de combater o ‘atraso’ corporativo e de implantar medidas em favor do ‘progresso’ da mão de obra e dos ofícios permaneceram somente no campo das ideias (CORD, 2012, p. 29).

A inoperância deixada pelo governo imperial foi captada pelos profissionais das Artes Mecânicas, qual seja, mestres carpinteiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, tanoeiros e marceneiros. A

⁵ **Nota de rodapé explicativa:** no contexto histórico da época (século XVIII e XIX), segundo o *vocabulário português & latino do padre Raphael Bluteau*, os trabalhos denominados como “artes mecânicas” eram considerados como de baixo valor, visto que a sua realização exigiria o uso da força física e, nesse sentido, estaria associado à escravidão e as classes baixas. Por outro lado, as “artes liberais” eram consideradas como trabalhos das classes mais abastadas e de alto valor por não exigirem o uso da força física e, por isso, estaria dissociado da escravidão, tendo como exemplos os ofícios da pintura, música, gramática e arquitetura. Nesta passagem do texto, ao capitanear para si as artes ditas mecânicas, o governo imperial desconsideraria o ensino artesanal, saber este de caráter informal, apreendido por meio da experiência e observação dos trabalhadores das artes mecânicas em seus ofícios.

necessidade de (re)criação de alternativas para manutenção do seu legado na sociedade foi vital na compreensão de uma nova conjuntura que se propunha aos tempos do progresso técnico e científico.

Essa categoria de trabalhadores, apesar do forte abalo sofrido com a decisão unilateral advinda da Constituição de 1824 com o fim formal da regularização de seus trabalhos, teve uma considerável rede de apoio mediante as Irmandades religiosas. Estas foram espaços católicos surgidos na Europa medieval entre os séculos XII e XIII e tinham como função promover a ajuda simbiótica entre os irmãos, além de realizar a caridade entre eles, nesses espaços.

Ainda sobre as Irmandades, no plano constitutivo, ela também teria duas atribuições bastante significativas. A primeira seria a atenção à prece e devoção de algum santo padroeiro, o qual seria o fio-condutor para formação do grupo dos trabalhadores manuais: a identificação com o santo. A segunda atribuição seria a presença de leigos nos quadros e rotinas administrativas, sem a obrigatoriedade dessa pessoa ter sido ordenada sacramente. Finalmente, mesmo com toda essa divisão e sistematização metódica em seu interior, as Irmandades religiosas tinham que ser aprovadas para poder funcionar de forma legal.

No Brasil, as Irmandades religiosas foram de uma importância bastante significativa. Em primeiro lugar, elas foram fundamentais na expansão católica na América Portuguesa. Além disso, tal como as suas congêneres, reuniam leigos em torno da adoração aos santos populares, realizar serviços de ajuda mútua, beneméritos, festas e auxílio aos irmãos necessitados, como doentes, presos e escravizados. Para Caio Boschi, algumas irmandades ultrapassaram os limites religiosos, chegando mesmo a se colocarem como entidades políticas, sendo a intermediadora de conflitos políticos em Minas Gerais (BOSCHI, 1986).

Na cidade do Recife, a Irmandade de São José do Ribamar foi uma das mais importantes da cidade. Datada oficialmente em 1735, é no final do século XVIII e início do século XIX que a referida irmandade se estrutura de forma mais semelhante possível às suas congêneres europeias.

A qualificação reestruturacional pela qual passou a Irmandade de São José do Ribamar e o posterior fim das Corporações de Ofício em 1824, não pôs fim ao sonho dos mestres carpinteiros, pedreiros, carpinteiros, os quais tinham vivos, em suas mentes e corações, os costumes e práticas culturais advindas de seus trabalhos. A valorização do trabalho, o respeito às hierarquias, a hierarquização social existente entre os confrades eram algumas das características pelas quais estavam fundamentadas à organicidade do trabalho e educação daqueles mestres das artes mecânicas.

Desta feita, procurando reativar seus privilégios perdidos por conta da imposição da nova Constituição Imperial de 1824, José Vicente Ferreira Barros, líder dos mestres carpinteiros, cria, em 1841, a Sociedade das Artes Mecânicas na cidade do Recife. Para além de todo o conhecimento

adquirido estar vivo no imaginário desses profissionais do trabalho mecânico, a referida sociedade tinha dois objetivos fundamentais para seu funcionamento.

O primeiro seria o aprimoramento dos seus associados (mestres carpintas, carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros), implantando aulas teóricas noturnas sobre os seus ofícios. As aulas teóricas foram uma forma de se esquivar das proibições advindas da Carta Magna de 1824. Mais do que uma preocupação com a ideia de progresso e civilização do trabalhador nacional, esse objetivo apontado por José Vicente Ferreira Barros foi, também, uma tentativa de fortalecer os laços corporativos deste grupo de trabalhadores.

Com efeito, deve-se igualmente recordar das disputas pelos postos de trabalho no Brasil imperial. O fim das Corporações de Ofício pela Constituição de 1824, para além da tentativa de desvalorização do trabalho (e do trabalhador nacional) mecânico, marca também o crescimento, gradativo – é verdade –, do número de europeus no Brasil, nos postos de trabalho.

Ao tratar da modernização de Pernambuco no século XIX, Isabel Marson aponta que portugueses e alemães foram alguns dos principais competidores diretos dos trabalhadores nacionais no mercado de edificações, melhoramentos materiais e reformas urbanas no Recife e no interior (MARSON, 1994). Diante disso, enquanto homem de seu tempo, vendo todas as transformações e mudanças pelas quais passava o contexto histórico no qual ele estava inserido, acreditamos que José Vicente Ferreira Barros pusesse, como condição de funcionamento da Sociedade por ele criada, o aprimoramento dos conhecimentos dos seus associados é, também, uma tentativa de valorização dos trabalhadores nacionais e, igualmente, da própria categoria dos trabalhadores mecânicos. Isso fica mais evidente quando analisamos o trabalho de Mike Savage (2004) sobre a história do trabalho no Brasil.

Ao observar o “desenvolvimento” do capitalismo no Brasil, nos primeiros anos do século XIX, ele aponta que os trabalhadores de ofícios manuais, como carpinteiros, ferreiros, escultores, mestres de obras, se sentiam ameaçados com a possibilidade de avanços técnicos e industriais. Com isso, para protegerem-se da chegada de um capital industrial, esses trabalhadores manuais irão se irmanar, criar laços de solidariedade e comunidade para protegerem seus ofícios e, mesmo, se reinventarem diante das mudanças que poderiam ocorrer no mundo do trabalho naquele contexto (SAVAGE, 2004).

O segundo objetivo da Sociedade das Artes Mecânicas visava fomentar o desenvolvimento das práticas de auxílio mútuo mediante reserva financeira feita pela própria instituição, além de promover a captação de serviços na cidade. Para José Vicente Ferreira Barros, essa seria uma forma de manter o trabalho dos artífices daquela instituição em visibilidade para a sociedade pernambucana, visto que tanto o governo imperial quanto o próprio governo pernambucano raramente mostraram um efetivo interesse na criação das escolas de artes e ofício no Recife, como preconizava a Constituição de 1824.

Some-se a isso que, no final da década de 1830 na cidade do Recife, o governo do Barão da Boa Vista acelerou o processo de modernização na capital. Todavia, a necessidade de mudança técnica e civilizatória do Recife esbarrava com o déficit de escolas regulares de artes e ofícios mecânicos.

Em razão disso, em 1844, foi votada no parlamento estadual uma ajuda financeira anual em favorecimento da Sociedade das Artes Mecânicas. O discurso da educação, dos bons costumes, do esforço intelectual e do mérito sensibilizou os parlamentares locais. Além disso, a falta efetiva das escolas de artes e ofício e o baixo custo que a Sociedade das Artes Mecânicas teria ao Erário estadual foram determinantes para a sua aprovação, sobretudo além do exemplo positivo que ela poderia ter para a sociedade pernambucana (FERREIRA DA COSTA, 1900).

A Sociedade de Artes Mecânicas não é uma obra de arte pronta e acabada: as tessituras sociais

A legitimação da Sociedade de Artes Mecânicas com a chancela do Estado conferiu vários atributos ao projeto articulado por José Vicente Ferreira Barros. O primeiro deles deve-se ao seu papel de idealizador de uma Escola Industrial, sendo, portanto, a Sociedade de Artes Mecânicas um referencial concreto para as autoridades pernambucanas no que diz respeito aos trabalhos mecânicos, ao progresso, à civilização, moralidade e controle social.

Novamente, a leitura favorável do cenário à José Vicente Ferreira Barros, e a sociedade por ele idealizada, fez com que este promovesse várias tessituras sociais, teias e negociações que viessem a fortalecer ele, a sua família e a própria instituição. A respeito da família, José Vicente Ferreira Barros direciona três de seus filhos ao posto mais alto de especialização ligada ao trabalho com a madeira, além de torná-los membros da Sociedade ainda na década de 1840.

Isto posto, ressalte-se o fato de que tal ação fora feita logo após o reconhecimento por parte do governo provincial pernambucano da Sociedade das Artes Mecânicas. José Vicente Ferreira Barros poderia ter feito isso antes, como por exemplo, em 1841, quando é criada por ele a associação (sem a legitimação do Estado, contudo). Com efeito, o fato de não ter feito a inscrição dos seus filhos antes de 1844 também não foi por uma questão de idade, visto que, conforme aponta o livro de matrículas dos sócios pioneiros da Sociedade de Artes Mecânicas em 1841, o referido pioneiro fundador tinha 63 anos na época. Até 1844, teria, então, 66 anos de idade.

Outro detalhe merece destaque em tela. A partir da efetivação do Estado pernambucano como financiador da associação, José Vicente Ferreira Barros matricula os seus filhos, no plural, a saber, José Vicente Ferreira Barros Júnior e João dos Santos Ferreira Barros. Dito de outro modo: não bastaria, apenas, matricular apenas um filho. Teria que ser preciso mais de um para atingir uma determinada finalidade, qual seja, um melhor *status* na sociedade pernambucana.

Além disso, compreendemos a urgência que o patrono fundador da Sociedade de Artes Mecânicas teve em matricular os seus filhos como membros logo após a chancela do governo estadual quando analisamos o conceito de aristocracia do trabalho, tipificado por Eric Hobsbawm. Segundo este, a hereditariedade na concepção de trabalho seria um fator de consciência de classe do trabalhador e, também, de coesão entre os seus pares na luta por melhores condições de vida, trabalho e cidadania (HOBSBAWM, 2000). Assim, para José Vicente Ferreira Barros, a entrada dos filhos na associação, para além de uma questão de direito familiar, objetivava o crescimento e consolidação da sociedade após o patrocínio financeiro do governo pernambucano.

Com efeito, as matrículas como membros de José Vicente Ferreira Barros Júnior e João dos Santos Ferreira Barros como pardos também nos permitem questionar que a tentativa de legitimação da associação da Sociedade de Artes Mecânicas, em 1836, teria, talvez, esbarrado na questão racial, visto que, conforme mencionamos anteriormente, o pioneiro fundador é tipificado como ‘preto’ no livro de matrícula dos sócios da instituição, em 1841, sendo a questão racial uma batalha travada pelo referido idealizador e que, para uma maior aceitação e/ou consolidação dos filhos na sociedade, o termo ‘pardo’ poderia resultar em menos conflitos por trabalho e/ou aceitação social no Estado Pernambucano e, com isso, ampliar as tessituras sociais dos filhos, assim como da própria Sociedade de Artes Mecânicas no Estado.

Outro ponto em tela de importante análise de tessituras e alianças sociais da própria associação é a própria mudança estrutural pela qual essa passa em 1850. Ao comemorar dez anos, a Sociedade de Artes Mecânicas refez o seu estatuto e mudou de nome, sendo agora chamada de Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais.

Junto aos artífices, membros das elites ilustradas do Estado, somado aos grandes proprietários de terras, abriram suas matrículas para toda a classe artística, com muitos artífices frequentando escolas primárias e secundárias na cidade do Recife. Some-se a isso o fato da proposta de uma Escola Industrial ainda estar no plano teórico, com nenhuma ação do governo central/imperial a esse respeito (FERREIRA DA COSTA, 1900).

Além disso, o então presidente de província pernambucano, Joaquim Pires Machado Portella, sentia que a associação fundada por José Vicente Ferreira Barros cumpriu com a sua função social, qual seja, promover o aperfeiçoamento de seus sócios, contribuir com a expansão das ideias de progresso, civilidade, moralidade, instrução e disciplina, e que, portanto, deveria receber uma verba maior, advinda dos cofres públicos.

Sob os ventos das Exposições Artísticas Industriais no cenário mundial, as quais, o governo imperial brasileiro participaria de algumas edições, o referido presidente de província acreditava que a aliança entre os artistas mecânicos e os artistas liberais, poderia potencializar os referidos artistas,

além de direcionar o Estado de Pernambuco na vanguarda do desenvolvimento técnico e científico nacional.

A mudança no estatuto para receber os artistas liberais ocorreu sem grandes tensões internas no grupo formado por José Vicente Ferreira Barros. Além disso, com as alterações, o governo estadual aumentou o valor do financiamento estadual junto à associação, sendo este realizado, agora, de forma mais pontual, melhor acesso à instrução, por parte dos membros e, sobretudo, um aumento no espaço de edificações do Estado.

Essa mudança não foi contemplada pelos olhos de José Vicente Ferreira Barros, que havia falecido no ano de 1846. No entanto, ao analisar a sua trajetória de vida, desde a criação embrionária da associação dos artistas mecânicos, em 1836, não há como negar que o seu empenho, em contraposição ao fim das Corporações de Ofício, fortaleceram a sua posição social, sua família e da classe de trabalhadores manuais e da própria Sociedade de Artes Mecânicas, por ele concretizada em 1841.

Com efeito, conforme mencionamos anteriormente, os filhos do pioneiro fundador da associação, uma vez matriculado como membros, contemplaram a expansão da sociedade idealizada pelo pai, além de receber os benefícios advindos dela. José Vicente Ferreira Barros Filho, por exemplo, além de mestre carpina, também fez aulas secundárias no Liceu Provincial, conseguindo frequentar lições de gramática e língua latina. Além disso, o referido filho primogênito de José Vicente Ferreira Barros também se tornou professor vitalício da Instrução Pública de Pernambuco, em 1854.

Esse fato revela não apenas a importância da sociedade orquestrada pelo seu pai para ele, enquanto filho, e para a sociedade pernambucana. Antes, revela também o reconhecimento do filho enquanto cidadão (HOBSBAWM, 2000).

Ressalte-se, ainda, que o aumento de prestígio e poder dos artistas mecânicos foi reconhecido pelos membros das artes liberais e mistas. A título de exemplo, Francisco de Paula Silva Lins merece um destaque. Tipógrafo no mercado editorial na cidade do Recife, sua trajetória de vida foi caracterizada pela boa relação com os artistas mecânicos.

Se por um lado, essa aproximação da agora Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais com grupos como jornalistas se concretizava ainda mais, paralelamente a esse processo havia a fragmentação da ideia de estigma do defeito mecânico que, outrora, mitigava a importância dos trabalhos manuais por conta do esforço mecânico realizado. Com a mudança no estatuto da sociedade, a convivência e trabalho simbiótico entre artistas mecânicos e liberais beneficiaram ambos mutuamente.

Finalmente, vale ressaltar o papel que teve a imprensa na época para visibilidade e reconhecimento da sociedade idealizada por José Vicente Ferreira Barros enquanto agente fomentador das ideias de progresso, desenvolvimento e civilidade. Ao cobrir a realização da Exposição Artística e Industrial, evento organizado com o objetivo de difundir as ideias de modernidade, progresso, trabalho e da inteligência humana no Estado pernambucano, o Diário de Pernambuco trouxe à tona a história de Antonio, pardo escravizado que, representando a Câmara Municipal de Limoeiro (região metropolitana do Recife), acabou conquistando a medalha de bronze, equivalente ao terceiro lugar da referida exposição artística estadual.

No entanto, conforme aponta Cord, ao analisar a seção *Revista Diária* do referido periódico pernambucano:

Todos ficaram muito surpresos e preocupados com a infeliz condição de cativo do premiado, pois isso destituía-o de personalidade. Diante desse dilema, a comissão viu-se reduzida a alternativa de o libertar ou de mandar depositar no arquivo da Câmara Municipal de Limoeiro [o] diploma e a medalha. Contudo, depois de deliberarem que a liberdade é o complemento de todas as perfeições com que Deus beneficiou o homem, resolveram cotizar o montante de 1:500\$000rs e presenteá-lo com a carta de alforria, que seria dada junto com o diploma de mérito artístico e a medalha de terceiro lugar. A contrapartida era que o artista continuasse cultivando metodicamente a rara aptidão que Deus lhe deu para a estatuária (CORD, 2014, p. 5-6).

Posteriormente a conquista de sua liberdade, o agora liberto Antonio se filia a associação idealizada por José Vicente Ferreira Barros em 1871, sendo financiado pela entidade idealizada pelo referido criador e, também, pelo próprio governo estadual no aprimoramento de seus estudos na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Isso posto, é aceitável pensarmos que houve um uso instrumentalizado por parte do governo estadual pernambucano e da própria Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais do referido ex-cativo anteriormente citado no sentido de fortalecer o peso crítico de ambos os órgãos, com a exploração de seu talento e suas obras. Em contrapartida, não há como negar que o crescimento social vivenciado pelo ex-cativo Antonio igualmente foi fruto de uma pioneira trajetória de mestres carpinas na sociedade pernambucana. Os seus aprimoramentos preconizados obrigatoriamente pelo seu fundador foram determinantes para que Antonio despontasse à nível regional e nacional graças a qualificação profissional dos mestres carpinas e professores presentes naquela associação.

Direito Humano como direito à família: a ‘artificização’ da cidadania

Ao ponto em tela no presente trabalho, define-se Direito Humano como o direito básico pertencente a qualquer ser humano, independentemente de sua crença, religião, posição política, status social, raça, gênero ou qualquer condição econômica. Os Direitos Humanos, enquanto força

normativa, irá surgir logo após a 2ª Guerra Mundial e serão parâmetros internacionais criados mediante assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e que irá ser classificado como direitos inerentes ao ser humano pela sua condição humana, em todas as dimensões da vida das pessoas e das sociedades (ONU, 1948).

No Brasil, os Direitos Humanos irão ganhar relevância na conjuntura do golpe de Estado que culminou com a implantação da Ditadura Militar no Brasil em 1964, o qual perseguiu e torturou presos políticos, civis, homens e mulheres, revogou a então constituição nacional e colocou o país na rota do autoritarismo.

Em tese, e a partir desse breve histórico teórico e conceitual, juridicamente, falar de Direitos Humanos implica tratar de um período histórico que contemple metade dos anos 1940 até os dias de hoje. Todavia, à luz das contribuições oferecidas por Sader (2007), se é verdade que a tipificação normativa dos Direitos Humanos ocorrera em 1945, é considerável afirmar que, mesmo antes disso, o direito humano já fora buscado por homens e mulheres há tempos ao longo da História. Segundo Sader, a noção de Direitos Humanos possui uma raiz com a questão do Direito. Este, por sua vez, foi mudando ao longo do tempo, devendo, portanto, ser entendido no tempo e espaço estudado.

A título de exemplo, sabemos que na democracia grega, apenas os cidadãos filhos de pais nascidos em Atenas teriam o direito a participar da vida política na referida cidade-Estado grega (CARDOSO, 1990). No entanto, vemos que essa noção de direito é restritiva, visto que não considerava como sujeitos portadores desse direito todos aqueles que não foram nascidos em Atenas.

Com efeito, mesmo as Revoluções Burguesas e as suas Declaração de Direitos Inglesa de 1689, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão Francesa de 1789 e a Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia de 1776, apesar delas evocarem o direito enquanto um conjunto de garantias e proteção de liberdades e garantias dos indivíduos, elas não tinham, em sua estrutura, o caráter universal que possui a Declaração Universal de 1948. Por essa razão, estava nas mãos de cada indivíduo à busca por melhores condições de vida, cidadania e liberdade. Isso posto, mesmo tendo nascido muito antes da normatização jurídica dos Direitos Humanos como um direito a ter direitos, podemos dizer que a trajetória de José Vicente Ferreira Barros é uma história de luta pelo direito à vida, à família, à cidadania, ao trabalho e educação e, evidentemente, que graças aos movimentos, tessituras, estratégias, teias e redes de solidariedade e contato por ele elaboradas, dezenas e centenas de outros homens e mulheres do seu tempo tiveram acesso aos direitos que eram possíveis buscar naquele lugar social e contexto histórico, senão conferindo os direitos em sua plenitude mas, certamente, apontando o caminho para onde se deveria trilhar na luta contra uma sociedade escravista, elitista e desigual.

Considerações finais

Ciente do exposto, algumas indagações merecem ser postas à mesa. Em primeiro lugar, as ações de José Vicente Ferreira Barros contrapõem a falácia da ideia de que existem homens à frente do tempo. Primeiramente, a tal utilização desse termo cria um falso paralelo de que, se existem homens à frente do tempo, existem homens parados, estáticos, morosos, indolentes.

Para além dessa ideia preconceituosa e estereotipada, o que de fato existem são os homens no seu tempo. José Vicente Ferreira Barros foi um homem do seu tempo, o qual vivenciou o rumo dos avanços históricos à nível nacional e internacional, que (re)formulou estratégias de sobrevivência para ele, para a sua família e para os seus confrades irmãos dos ofícios mecânicos.

Nesse sentido, nos aproximamos das ideias de Chalhoub (2012) quanto à formação de teias e cadeias no arranjo social no Brasil do Oitocentos em uma sociedade escravista e patriarcal, qual seja, a de protagonismo dos artífices de pele escura nos espaços institucionais, sociais e profissionais. No primeiro, havia a coesão entre os artífices com alguma irmandade religiosa e, junto com ela, a identificação com um santo protetor em comum.

Com a segunda, é latente o protagonismo do preto José Vicente Ferreira Barros com alguns membros da sociedade pernambucana no propósito de legitimar a Sociedade das Artes Mecânicas na província de Pernambuco, em 1841. Na terceira, a obrigatoriedade do aprimoramento para os sócios da referida instituição, estava a ideia de reinvenção do controle do mercado de edificações no Estado, perdido com a imposição da Carta Magna de 1824 e o fim das Corporações de Ofício.

Finalmente, como homem do seu tempo, José Vicente Ferreira Barros entendia que o trabalho mecânico era uma forma de educação e que a transmissão desse ofício para os aprendizes carregava valores como a disciplina, a sistematização, o controle do tempo e a cultura de uma cidade, região, país e até mesmo uma época, sendo à imprensa um importante painel de difusão e debate dessas ideias no cenário local.

Isso posto, atraso e progresso orbitaram no mesmo espaço de maneira difusa, intensa, tensa e contraditória, sendo ensejado na maior parte das vezes – para não dizer sempre – por parte dos artistas mecânicos. Além disso, merece destaque o fato da ausência do governo central/imperial em estender os melhoramentos técnico e científicos ensejados pelos ventos do progresso e da ciência para as províncias da atual região Nordeste. A sensibilidade tátil de José Vicente Ferreira Barros, para além de seu esforço em não deixar morrer o ofício das artes mecânicas, também foi determinante para o desenvolvimento dessas ideias aqui na região, dada a omissão do Estado imperial central com essa região.

Por fim, a análise de trajetória de vida de pessoas é um dos caminhos mais promissores no campo do Ensino de História, seja pela miríade de informações coletadas no processo de análise,

como também pela própria riqueza de detalhes aferidos acerca de um processo histórico e/ou personagem analisado.

Não obstante, trazer à tona figuras de personagens negros como objeto de estudo na História ampliam nossa percepção de que há sujeitos históricos tão importantes quanto Zumbi dos Palmares ou Luíz Gama. Analisar a trajetória de José Vicente Ferreira Barros nos permite ampliar o estudo da História para os sujeitos vistos “debaixo”. Observar a rede de solidariedade, tramas e conexões feitas por sujeitos históricos sem tantas vozes na historiografia, nos possibilitam fomentar a curiosidade e pesquisa nos alunos na sala de aula e, conseqüentemente, mostrar que o Ensino de História se enriquece, quando trabalhado, também, a partir das biografias.

Finalmente, compreende-se como o estudo de biografias de sujeitos históricos de classes sociais menos abastadas podem contribuir para uma proposta de Educação em Direitos Humanos que enseje a formação crítica de sujeitos de direitos históricos, fomentem a criação de estratégias de empoderamento e eduque para uma Educação para o Nunca Mais, a qual, a partir da violação de direitos de diferentes sujeitos históricos, possam, por meio da História, ensejar caminhos que apontem para uma sociedade mais equânime e solidária. Cremos que novos personagens irão surgir, talvez sejam os descendentes do próprio mentor da associação das Artes Mecânicas. No entanto, novas análises serão bem-vindas em trabalhos futuros.

Referências bibliográficas

BACZKO. Bronislaw. Imaginação Social. In.: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p.296-332.

BRASIL. **Constituição do Governo Imperial**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf>. Acesso em 04.set.2023.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

BLUTEAU, R. **Vocabulário portuguez & latino**. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A cidade-Estado antiga**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

CORD, M. M. **Antonio Benvenuto Cellini: a trajetória de um escultor da escravidão à liberdade**. Recife/Rio de Janeiro, século XIX. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-30, 2014.

_____. **Artífices da cidadania:** mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

_____. **Uma família de artífices 'de cor':** Os Ferreira Barros e sua mobilidade social no Recife Oitocentista. LUSO-BRAZILIAN REVIEW, v. 47, p. 26-48, 2010.

BOSCHI, C.C. **Os leigos e o poder:** irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo, Ática, 1986.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 3ª ed. 2012.

_____. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores brasileiros no Rio de Janeiro da belle époque. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural.** Lisboa. Difel, 1990.

DOSSE, F. **O desafio biográfico:** Escrever uma vida. Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes.** São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho:** novos estudos sobre história operária. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

_____. **Pessoas Extraordinárias.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005.

MARSON, I.A. “**O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX: as contradições do progresso**”, In.; S. Bresciani, *Imagens da cidade: século XIX e XX.* São Paulo, Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1994, p.35-59.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.> Acesso em: 04.set.2023.

PEREIRA DA COSTA, F.A. **Estudo histórico-retrospectivo sobre as artes em Pernambuco.** Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, nº54, 1900, p.3-45.

PINSKY, Carla (org.). **Novos Temas nas Aulas de História.** 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SAVAGE, Mike. **Classe e História do Trabalho.** In.: Cláudio H. de Batalha et al (orgs.). **Culturas de classe.** Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

XAVIER, Milena dos Santos; PEREIRA, Auricélia Lopes. **O pibid e o uso de biografias no Ensino de História:** como histórias de vida podem mudar a percepção dos alunos. ENID, 2017. p.1-8.